

Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

# EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL QUADRO RESUMO

Processo nº 27/2022		27/2022	2				
Modalidade Pregão 16/202 Presencial nº		16/2022	2				
Tipo	Menor p	reço GLO	BAL				
Dotações Orçamentái		.03.01-04	.122.9002.2010-3.3.90.39.00 FICHA 73, FONTE 100				
Da participa	M	<del>-</del>	destinada exclusivamente para participação de endedor Individual - MEI, Microempresa e Empresa de Pequeno ma da LC 123/06 bem como nova redação da LC 147/14.				
1ª Sessão Pú Credenciame			Apresentação para credenciamento dos licitantes: Dia 23/03/2022 com início às 08h e fim as 8h20, onde o início da análise e aceitabilidade preliminar documental se dará à partir das 08h.				
Data limite para entrega dos envelopes nº 01 nº 02.			Abertura da sessão oficial do PREGÃO PRESENCIAL SE DARÁ NO DIA 23/03/2022 na sala de Licitações, na Prefeitura Municipal, com sede na Rua 1º de março – 450 – Centro – Olímpio Noronha, após a finalização do credenciamento dos licitantes que se apresentaram entre as 08h e 08h20				
certame especializados assessoria e recursos hum parceria e co			de empresa especializada para prestar serviços técnicos na área administrativa e contábil, compreendendo: consultoria em gestão pública contabilidade, finanças, anos, compras, licitações, contratos, convênios, termos de ontrole interno, nas quantidades, qualidades e condições nexo I (termo de referência).				
Edital							
			wnload por qualquer interessado, sem ônus.				
Não será fornecido			os editais por fac-simile e pelos correios				
Contatos e	informaç	ões:	Edilson Souza Fernandes / Pregoeiro Telefone (35) 3274-1122 compraslicitacoes@olimpionoronha.mg.gov.br				

### 1 – PREÂMBULO

O Município de Olímpio Noronha torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia 23 de março de 2022 à partir das 08h, no prédio da Prefeitura Municipal de Olímpio



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

Noronha, situado a Rua 1º de março , nº. 450, centro, nesta Cidade, será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta Comercial e documentação de Habilitação para o Pregão Presencial nº. 16/2022, do tipo "MENOR PREÇO", CRITÉRIO DE JULGAMENTO GLOBAL, que reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93, de 21/06/93, e suas alterações, e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

Abertura da sessão oficial do PREGÃO PRESENCIAL SE DARÁ NO DIA 23/03/2022 na sala de Licitações, na Prefeitura Municipal, com sede na Rua 1º de março – 450 – Centro – Olímpio Noronha, após a finalização do credenciamento dos licitantes que se apresentaram entre as 08h e 08h20

#### 2 - DO OBJETO

**2.1 -** Constitui objeto da presente licitação; Contratação de empresa especializada para prestar serviços técnicos especializados na área administrativa e contábil, compreendendo: assessoria e consultoria em gestão pública contabilidade, finanças, recursos humanos, compras, licitações, contratos, convênios, termos de parceria e controle interno, nas quantidades, qualidades e condições descritas no anexo I (termo de referência).

#### 3 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ASSINATURA DE CONTRATO

- **3.1** O Município poderá, na forma do artigo 62 da Lei 8.666/93, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.
- **3.2** O prazo para assinatura do contrato ou outro instrumento que o substitua é de cinco dias, contados da data da intimação, sob pena de o adjudicatário decair do direito de fazê-lo e incorrer em multa de até 5% do preco total do contrato.
- **3.3** Decorrido o prazo de assinatura do contrato sem manifestação do adjudicatário, é facultado ao Município convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, devidamente atualizados, se for o caso, ou revogar a licitação.

#### 4 - VALIDADE DO CONTRATO.

- **4.1** .O contrato a ser celebrado terá a duração inicial de 12 meses, contados da data de sua assinatura, observada necessidade, economicidade e vantajosidade, o contrato poderá ser prorrogado conforme previsto no art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.
- **4.2**. O valor proposto pela Licitante é fixo e irreajustável pelo período de 12 meses iniciais. Após o período de 12 (doze) meses, havendo prorrogação contratual, o índice utilizado para reajuste será o INPC/IBGE).

#### 5 – SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- **5.1** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária. Não sendo aceitas as justificativas pela Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as sequintes sanções:
  - a. Advertência;
  - b. Multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo de 02 (dois)



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

- dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n° 8.666/93;
- Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) por dia de inadimplência, calculada sobre o valor total estimado do contrato até o limite de 10 (dez) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial;
- d. Suspensão do direito de contratar e participar de licitação com a Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha – MG ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de até 05 (cinco) anos;
- **5.2** À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha pelo período de até (05) cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas normas legais pertinentes.
- **5.3** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- **5.4** A multa deverá ser recolhida à Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da notificação.
- **5.5** O valor da multa poderá ser compensado nos créditos porventura havidos junto à Prefeitura Municipal.
- **5.6** As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- **5.7** Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

#### 6 - LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMINADO O EDITAL E SER ADQUIRIDO

**6.1** - O edital e anexos estão disponíveis para download na página da Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha <a href="www.olimpionoronha.mg.gov.br">www.olimpionoronha.mg.gov.br</a> independe de qualquer pagamento. NÃO SERÁ ENCAMINHADO EDITAL VIA POSTAL E/OU ATRAVÉS DE FAC-SÍMILE.

#### 7 - CONDICÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- **7.1.** Poderão participar desta licitação SOMENTE, <u>Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</u>, na forma da LC 123/06, individualmente; cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado, e em condições de atender todas as exigências deste pregão, constantes deste Edital, termo de referência e seus Anexos;
- **7.1.1** As licitantes deverão apresentar, na data e horário previstos no preâmbulo deste edital, 2 (dois) envelopes devidamente fechados, contendo no envelope n.º 1, sua proposta comercial, e no envelope nº 2, a documentação comprobatória da habilitação conforme solicitado neste Edital, sendo que, ambos deverão conter, na parte externa, além da razão social, CNPJ e endereço, os seguintes dizeres:



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha Envelope nº 1 - "PROPOSTA COMERCIAL"

Processo Licitatório nº 27/2022

Pregão nº 16/2022

Empresa:

CNPJ:

Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha

Envelope nº 2 "DOCUMENTAÇÃO"

Processo Licitatório nº 27/2022

Pregão nº 16/2022

Empresa:

CNPJ:

- **7.2 A DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO** aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no <u>Anexo IV do Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nº 1 e 2.</u>
- **7.3 A PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO,** no caso de procurador da empresa, conforme modelo estabelecido no Anexo III do Edital ou o **CONTRATO SOCIAL**, no caso de representante legal da empresa, em ambos os casos deverá ser apresentado fora dos Envelopes nº 1 e 2.
- **7.4 –** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas nas seguintes condições:
- **7.4.1** concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- **7.4.2** que estejam temporariamente suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha, ou, ainda, que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública;
- **7.4.3** que estejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si; estrangeiras que não funcionam neste País.

#### 8 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- **8.1 -** Aberta a fase para **CREDENCIAMENTO** dos eventuais participantes do **PREGÃO** o representante da proponente entregará o **PREGOEIRO** documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua representada e representando-a, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.
- **8.2**. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
- **8.3**. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

#### 8.3.1 - Em caso de Proprietário ou Sócio de empresas:

- > Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme **Anexo IV.**
- > Cópia do Contrato Social e Ultima Alteração ou Requerimento de Empresário, ou



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

documento equivalente que comprove a condição da sociedade ou de propriedade da empresa;

> Carteira de Identidade ou outro equivalente desde que seja oficial e contenha foto.

#### 8.3.2 - Em caso de Representante que NÃO seja proprietário:

- ➤ Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme **Anexo IV**.
- ➤ Documento de credenciamento que comprove os necessários poderes para formular ofertas, lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa, com poderes específicos nos termos do modelo **ANEXO III**
- ➤ Cópia do Contrato Social e Ultima Alteração ou Requerimento de Empresário, ou documento equivalente;
- > Carteira de Identidade ou outro equivalente desde que seja oficial e contenha foto.
- **8.3.3 -** Na hipótese de apresentação de **procuração por instrumento particular**, impõe-se a comprovação da capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário através da apresentação do contrato / estatuto social da empresa.
- **8.4 -** Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- **8.5** A ausência do representante devidamente credenciado importará apenas na impossibilidade de participação da fase de lances, participando a licitante proponente com os preços e condições estabelecidos na proposta escrita.
- **8.6** As pessoas interessadas, não credenciadas, poderão acompanhar as sessões de abertura dos envelopes, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
- **8.7** Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante do licitante.
- **8.8.** A comprovação de microempresa e empresa de pequeno porte nos termos do que dispõe o artigo 48 inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 deverá ser apresentada junto à documentação do CREDENCIAMENTO, fora de qualquer envelope:
- **a Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis,** declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;
- **b Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas,** declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalentes, da sede da pequena empresa.
- **c O licitante optante pelo Regime do Simples Nacional** deverá apresentar Declaração de Opção pelo "Simples Nacional".
- OBS: O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.
- 8.9 OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER APRESENTADOS E ENTREGUES EM SEPARADO, FORA DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO.

#### 9 - PROPOSTA COMERCIAL

**9.1** – A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada dos produtos, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexo, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

- a. Datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 1 (uma) via em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador;
- b. Número do Edital do Pregão e do Processo Licitatório;
- c. Razão social do licitante, endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone, fac-símile e e-mail, quando houver.
- d. Planilha de preços ofertados com indicação de preços unitários e totais.
- e. Prazo de validade que deverá ser de no mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;
- **9.2** A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito o pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- **9.3** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **9.4** Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação, sem qualquer ônus a Prefeitura, tais como: fretes, tributos, encargos sociais e previdenciários.
- **9.5** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
- 9.6 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

#### 10 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES

- **10.1** Abertura da sessão oficial do PREGÃO PRESENCIAL SE DARÁ NO DIA **23/03/2022** na sala de Licitações, na Prefeitura Municipal, com sede na Rua 1º de março 450 Centro Olímpio Noronha, após a finalização do credenciamento dos licitantes que se apresentaram entre as **08h e 08h20**.
- **10.1.1** Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão o Pregoeiro à declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação, e somente serão recebidos **até ás 08h20**; horário a partir do qual não serão aceitos novos participantes.
- **10.2** Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o critério **menor preço GLOBAL.**
- <u>10.2.1 Não serão aceitos propostas com valores unitários e totais maiores que o estimado pela Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha.</u>
- **10.3** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.
- **10.4 -** As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
  - a. Seleção da proposta de menor preço;
  - b. O pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% relativamente à de menor preço;

- c. Na hipótese de apresentação de propostas escritas com preço unitário igual ao mínimo exequível, conforme determinado no item 10.5 deste edital, será utilizado como critério de desempate o sorteio.
- **10.5 -** O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- **10.5.1** A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados e sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- **10.6** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- **10.7** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- **10.8** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- **10.9** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preco decidindo motivadamente a respeito.
- **10.9.1** A aceitabilidade será aferida a partir dos preços constantes do termo de referência e da planilha de trabalho constantes destes autos.
- **10.10** Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- **10.11** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 10.12 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- **10.13** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- **10.14** Caso a proposta apresente erros singelos de soma e/ou multiplicação, o Pregoeiro fará a correção dos cálculos e a proposta será aceita mediante expresso consentimento do proponente. Caso contrário, a proposta será desclassificada.
- **10.15** O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.
- **10.16** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital.
- 10.17 A licitante declarada vencedora do certame terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para readequar sua proposta, com as modificações necessárias para adaptação ao novo preço proposto, se for o caso, sempre tendo como limite para cada item o seu preço máximo.
- **10.18 -** Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro e licitantes



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

presentes, ressaltando-se que poderão constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

# 11- DOCUMENTAÇÃO

**11.1** - O envelope nº 02 HABILITAÇÃO, deverá conter em seu interior os documentos relacionados abaixo em uma via, com cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais:

#### 11.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- **11.2.1** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- **11.2.2 -** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores:
- **11.2.3 -** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- **11.2.4 -** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

A licitante que apresentar o documento solicitado na "habilitação Jurídica" no credenciamento fica dispensada de apresentá-lo dentro do envelope nº 02 – Documentação.

# 11.3 - HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- 11.3.1 Comprovante de inscrição no CNPJ
- **11.3.2 –** Prova de regularidade com INSS (seguridade social), e tributos federais e divida ativa da união (certidão conjunto);
- 11.3.3 Prova de regularidade com FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço);
- **11.3.4** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- **11.3.5** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- **11.3.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

**Nota:** são válidas para comprovação de regularidade as certidões positivas com efeito de negativas expedidas pelos respectivos órgãos.

#### 11.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

- **11.4.1 -** Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Concordata expedida pelo FORO de domicílio da proponente, dentro do prazo de validade previsto na mesma, referente à data de abertura desta licitação, admitindo-se certidões digitais.
- **11.4.2** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização

# THE PARTY OF THE P

# PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIO NORONHA ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

- a) Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- a.1.) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima S/A):
  - √ registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
  - ✓ publicados em Diário Oficial; e
  - ✓ publicados em jornal de grande circulação; ou
  - ✓ por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- a.2.) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA):
  - ✓ por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou
  - ✓ por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
  - ✓ Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2016
- a.3.) Sociedade criada no exercício em curso:
  - ✓ por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.
- b) A **comprovação da boa situação financeira** da licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado demonstrando que a empresa apresenta "Índice de Liquidez Geral (LG)", "Índice de Solvência Geral (SG)" e "Índice de Liquidez Corrente (LC)", segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = AT$$

$$PC + PELP$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

Onde: AC = Ativo Circulante



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

- b.1) Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;
- b.2) As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;
- b.3) Se necessária à atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- b.4) Apenas os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar o Balanço Patrimonial, pela aplicação do disposto no 18-A c/c 68, ambos da Lei LC 123/06.
- **b.5) JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS** os índices financeiros indicados neste edital são usuais de mercado e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).
- 11.4.3 Comprovação, na data de abertura da licitação, de CAPITAL SOCIAL E/OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO, apurado no balanço do último exercício e validado por profissional habilitado, de, no mínimo, equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da obra, de acordo com o artigo 31, § 3°, da Lei n° 8.666/93 (exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral).

### 11.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **11.5.1 Prova de Registro e de Regularidade de Pessoa Jurídica,** expedida pela entidade profissional competente, da jurisdição da licitante.
- 11.5.2 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- **11.5.2.1** A comprovação de aptidão referida no item acima deverá ser comprovada mediante a apresentação de, no mínimo, um **atestado** de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, registrado na entidade profissional competente.
  - a. O atestado de capacidade técnica apresentado deverá comprovar execução dos serviços descritos abaixo como de MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA (§2º do Art. 30 da Lei 8.666/93¹)

-

 $<sup>^{\</sup>rm 1}$  Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

<sup>(...)</sup> 

<sup>§ 1</sup>º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado,



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

- Acompanhamento do cumprimento das legislações, em especial as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG e as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.
- ➤ Acompanhamento das obrigações da Lei Complementar nº. 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, junto ao TCE/MG e demais órgãos de controle externo, tais como: SIOPS, SIOPE,DCTF e SICONFI.
- Assessoria e consultoria na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais – PIPCP para o NBCASP
- Assessoria no preenchimento de informações referente aos serviços de engenharia e obras do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
- Assessoria nos procedimentos da Lei 13.019 de 2014, licitações e contratos administrativos.
- **11.5.2.2** A empresa deverá indicar a equipe técnica com a qualificação de cada profissional (nível superior ou outro devidamente reconhecido), detentores de atestados técnicos pela execução de serviços de características semelhantes ao licitado, devidamente registrados/protocolados nas entidades profissionais competentes, limitadas às parcelas de maior relevância técnica indicadas no item anterior, através de **declaração** assinada pelos mesmos, acompanhado do registro ou inscrição na entidade profissional competente e do acervo técnico.
- **11.5.2.3 -** A empresa deverá possuir em seu quadro, no mínimo os profissionais: advogado, contador e administrador.
- **11.5.2.4 -** Comprovar o vínculo dos profissionais por meio da apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio ou contrato de prestação de serviços de natureza cível, devidamente registrado em cartório.
- **11.5.3 Declaração de Responsabilidade Técnica** na qual deverá constar: o nome e a qualificação do responsável (is) técnico(s) pela execução dos serviços objeto deste edital, assinada pelo(s) profissional (is) e pelo representante legal da licitante, conforme modelo Anexo VII.

# 11.6 - DECLARAÇÕES

- **11.6.1 -** Os **LICITANTES** deverão apresentar declaração do representante legal, observado o disposto no **Anexo VI**, de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27/10/99.
- **11.6.2** Os **LICITANTES** deverão apresentar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do §2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo no **anexo V.**

#### 11.7 - DOS DOCUMENTOS

devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

- **11.7.1** Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
- **11.7.2** Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao pregoeiro e equipe de apoio para autenticação, durante a sessão de abertura do envelope Documentação Habilitação.
- **11.7.3** Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura dos envelopes.

#### 12 - ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

- **12.1 -** É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **esclarecimentos** sobre o **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de **até 2 dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas**.
- **12.1.1** Os esclarecimentos pretendidos serão dirigidos ao Pregoeiro, preferencialmente através de e-mail <a href="mailto:compraslicitacoes@olimpionoronha.mg.gov.br">compraslicitacoes@olimpionoronha.mg.gov.br</a> ou através de protocolo no setor respectivo da Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha.
- 12.1.2 Não serão respondidos questionamentos orais (através de telefone).
- **12.1.3.** Os **esclarecimentos** deverão ser prestados no prazo de **24 horas**, a contar do recebimento da impugnação.

## 13. PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 13.1 É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **providências** ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 2 dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.
- **13.1.1** A impugnação ou pedido de providências será dirigido o pregoeiro preferencialmente através de e-mail <u>compraslicitacoes@olimpionoronha.mg.gov.br</u> e/ou através de protocolo nos setor específico da Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha.
- **13.1.2.** A decisão sobre o pedido de **providências** ou de **impugnação** será proferida pela **autoridade subscritora do ato convocatório do pregão** no prazo de **24 horas**, a contar do recebimento da peça indicada por parte da **autoridade** referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do **PREGÃO**.
- **13.1.3.** Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### 14 - RECURSO ADMINISTRATIVO

- **14.1 -** Por ocasião do final da sessão, a(s) proponente(s) que participou (aram) do **PREGÃO** ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá (ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção (ões) de **recorrer**.
- **14.2** Havendo intenção de interposição de **recurso** contra qualquer etapa / fase / procedimento do **PREGÃO**, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência, devendo realizar o protocolo no setor de compras e licitação.



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

- **14.3 -** As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do **RECORRENTE**.
- **14.3.1** Os recursos e ou contrarrazões poderão ser dirigidos ao Pregoeiro preferencialmente através de e-mail <a href="mailto:compraslicitacoes@olimpionoronha.mg.gov.br">compraslicitacoes@olimpionoronha.mg.gov.br</a> e/ou através de protocolo nos setor específico da Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha.
- **14.4 -** Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o Pregoeira examinará as razões recursais podendo reformar sua decisão ou encaminhar os autos, devidamente informados, ao Prefeito Municipal para decisão.
- **14.5 -** Os autos deste Pregão Presencial permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos neste Edital.
- **14.6** Os recursos não terão efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

# 15 - ADJUDICAÇÃO

- **15.1 -** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor **recurso**, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao Pregoeiro **adjudicar** o objeto do certame à proponente vencedora.
- **15.2** A adjudicação será de competência do Prefeito Municipal sempre que ocorrer a interposição de recurso administrativo, independentemente do resultado do julgamento.

### 16 - HOMOLOGAÇÃO

- 16.1 Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.
- **16.2.** A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o contrato, respeitada a validade de sua proposta.

# 17 - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

**17.1.** O resultado final do **PREGÃO** será publicado no Diário Oficial do Município de Olímpio Noronha e no site <a href="www.olimpionoronha.mg.gov.br">www.olimpionoronha.mg.gov.br</a> sendo esta de responsabilidade do Município.

# 18 – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**18.1** – A Contratara realizará os serviços de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL.

#### 19 - PAGAMENTO

- **19.1 -** O pagamento será efetuado <u>em até 30. (trinta.) dias</u> após a prestação de serviços mediante a apresentação da nota fiscal, sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade, observadas as demais exigências a seguir indicadas.
- **19.1.1 -** Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal (is) / fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondentes(s) regularização (ões).
- **19.1.2 -** Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subseqüente.
- **19.2** Para receber seus créditos o contratado deverá comprovar a regularidade fiscal e tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação.



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

**19.3** – A Administração da Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

#### 20 - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- **20.1–** O prazo de validade da proposta será de 60 dias a partir da data da reunião da sessão de abertura da licitação, observado o disposto no §3º do artigo 64, da Lei 8.666/93,
- **20.2 -** Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- **20.2.1 –** A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

# 21 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição onerarão os recursos Orçamentários:

02.03.01-04.122.9002.2010-3.3.90.39.00 FICHA 73, FONTE 100

## 22 - PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

**22.1** – Para os fins do disposto neste edital a expressão Pequena Empresa serve para se referir à Microempresa e à Empresa de Pequeno Porte, definidas no art. 3° da Lei Complementar Federal n° 123/06, cuja <u>condição deverá ser comprovada na sessão pública</u> do Pregão Presencial, na fase do credenciamento.

#### 23 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- **23.1** A autoridade competente da Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha poderá anular e revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito do pregoeiro, devidamente fundamentado.
- **23.2** A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.
- **23.3** As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedadas observações ou reclamações impertinentes ao certame.
- **23.4** A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **23.5** Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Administração da Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

- 23.6 É facultado o Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.
- 23.7 É dispensável o "termo de contrato" e facultada à substituição por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, a critério do Município de Olímpio Noronha e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.
- **23.8** As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no <u>FORO</u> da Comarca de Lambari- MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- **23.9** Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações e Lei Federal n° 10.520/02.

#### 24- ANEXOS

**ANEXO I –** Termo de Referência;

**ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial**;

**ANEXO III - Modelo de Credenciamento:** 

**ANEXO IV –** Modelo pleno atendimento aos requisitos de habilitação

ANEXO V - Modelo de Fato Impeditivo da Habilitação;

ANEXO VI - Modelo de Declaração de Emprego de Menor;

ANEXO VII - Declaração de Responsabilidade Técnica

**ANEXO VIII** – Minuta de Contrato

Olímpio	Noronha	10 de marco	de 2022
OIIIIIOIO	indicina.	TO UE MAIGO	UG ZUZZ.

Edilson de Souza Fernandes					
Pregoeiro	Procurador jurídico				
Mario Douglas	Oliveira Dias				

**Prefeito** 



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

# ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

# PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2022

# 1. OBJETO DA LICITAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestar serviços técnicos especializados na área administrativa e contábil, compreendendo: assessoria e consultoria em gestão pública contabilidade, finanças, recursos humanos, compras, licitações, contratos, convênios, termos de parceria e controle interno.

# 2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a contratação de equipe técnica especializada para orientar as atividades dos servidores municipais da administração municipal na realização de atos e procedimentos adequados às normas atuais determinadas, para fins de controle das contas públicas.

## 3. ESTIMATIVA DE PREÇOS

Com objetivo de definir o justo valor para remuneração dos serviços que se necessita licitar e contratar, foi realizada ampla pesquisa dos preços praticados com a Administração Pública, na forma do art. 15, inciso V da Lei nº. 8.666/93. A pesquisa foi realizada junto ao site do TCE-MG em seu banco de preços e SICOM, de modo a se apurar o preço final contratado para esse tipo de servico.

Conforme se depreende dos documentos de consulta ao SICOM TCE-MG anexos, parte integrante a esta justificativa, o valor mediano de mercado praticado com a Administração corresponde a R\$ 9.533,33,00 por mês, R\$ 114.399,96 para 12 meses.

Foi realizada pesquisa de preços praticados nesta região e solicitado ao prestador de serviços Mercury Assessoria e Sistemas Ltda. proposta de preços para execução dos serviços. O preço proposto pela empresa, conforme consignado na proposta anexa, parte integrante a esta justificativa, corresponde a R\$ 6.500,00 mensais, preço total de R\$ 78.000,00 para 12 meses.

A realização de pesquisa de preços através de consulta a bancos de preços especializados, disponibilizados por órgãos de contrato externo (TCE-MG), encontra amparo na recomendação do Tribunal de Contas da União, conforme se pode observar no "Guia de orientação sobre a Instrução Normativa nº IN 5/2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral" disponível no seguinte endereço: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/2.Caderno-de-Logistica\_Pesquisa-de-Precos-2017.

Vejamos alguns pontos do Guia:

As diretrizes apresentadas neste caderno têm como base no inciso V do art. 15. Da Lei 8.666 de 1993, que apresenta a necessidade de que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

Fundamenta-se ainda na Instrução Normativa nº 5 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, bem como em estudos sobre a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre o Tema.

#### Normas sobre o tema:

- Lei 8.666/93, art. 15, § 1º: O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.
- Lei 8.666/93, art. 43, IV: ...conformidade de cada proposta (...) com os preços correntes no mercado
- Lei 10.520/01, art. 3º, III: dos autos do procedimento constarão (...) o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados
- Decreto 3.555/00, art. 8°, § 2°, II: ...propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado

(...)

De acordo com a IN 5/2014, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

- I. Painel de Preços disponível no endereço eletrônico http://paineldeprecos.planejamento.gov.br;
- II. contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
- III. pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso: ou
- IV. pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Importante destacar que a norma estabelece a preferência pelo uso do Painel de Preços e pelas pesquisas em contratações similares de outros entes públicos.

Vejamos o teor do acórdão TCU Plenário 2637/2015:

Acórdão TCU 2637/2015 - Plenário - Data da sessão - 21/10/2015 - Relator - BRUNO DANTAS - Área Licitação - Tema Orçamento estimativo - Subtema Preço Outros indexadores

As estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em cesta de preços aceitáveis, tais como os oriundos de pesquisas diretas com fornecedores ou em seus catálogos, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos, sistemas de compras (Comprasnet), valores registrados em atas de SRP, avaliação de contratos recentes ou vigentes, compras e contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União, firmou jurisprudência no sentido de ser idôneo uso de "banco de preços" pela Administração Pública. O Acórdão 924244 , Relator Conselheiro Gilberto Diniz, publicado na Revista TCE out/nov/dez 2014, fls 138 a 142. Vejamos.

#### III - Conclusão

Em conclusão, afirmo que: a) na contratação pública, com ou sem certame licitatório, é imprescindível a pesquisa de preços; b) a pesquisa de preços



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

deve basear-se em instrumento — ou instrumentos — de reconhecida idoneidade para evidenciar os preços que estão sendo efetivamente praticados no mercado; c) banco de preços mantido por prestador de serviços especializados constitui, em princípio, instrumento idôneo para a pesquisa de preços na contratação pública; d) o agente público responsável pela contratação deve avaliar os instrumentos idôneos disponíveis para a pesquisa de mercado, a fim de selecionar qual deles — ou qual conjunto deles — é o mais adequado, no caso concreto; e) a pesquisa de preços deve ser documentada nos autos do processo de contratação pública, até mesmo para viabilizar o exercício dos controles interno e externo; f) na contratação, pelo Poder Público, de prestador de serviços especializados de banco de preços, devem ser obedecidas todas as normas aplicáveis sobre orçamento, finanças e contratação pública, particularmente as da Lei nº 8.666, de 1993.

Na data de 29 de agosto de 2018, o TCE-MG apresentou e disponibilizou em seu site ferramenta denominada BANCO DE PREÇOS com o objetivo colaborar para escorreita e indispensável pesquisa de preços, em consonância com a sua jurisprudência, exemplificada através do acordão supratranscrito.

No presente caso, este Pregoeiro realizou pesquisa de preços no SICOM – TCE, com o objetivo de identificar de forma o preço praticado com a Administração Pública dos serviços que se pretende contratar, de modo a avaliar a proposta de preços apresentada pela prestadora de serviços. Foi considerado, também, proposta apresentada pela empresa Mercury Assessoria e Consultoria Ltda. ME.

Estimativa de preço através de cotação com empresa do ramo									
Empresas	Valor médio mensal	Valor total médio (12 meses)							
Mercury Assessoria e Consultoria Ltda. ME	R\$ 6.500,00	R\$ 78.000,00							
Amadeus consultoria Ltda	R\$ 9.600,00	R\$ 115.200,00,00							
Máxima Assessoria & Consultoria Ltda	R\$ 12.500,00	R\$ 150.000,00							
Preço médio estiamdo mensal	R	\$ 9.533,33							
Preço médio estimado para 12 meses	R	\$ 114.399,96							
Preço médio estimado para 60 meses	R	\$ 572.999,80							

**OBS**: Os serviços a serem contratados são previstos para 12 meses, com possibilidade de prorrogação na forma do artigo 57, II, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, desde que verificados, à época da renovação, a vantajosidade na contratação.

#### 4. VIGÊNCIA CONTRATUAL

A Lei 8.666 de 1993, no artigo 57, inciso II, dispõe sobre a possibilidade de estender pelo prazo de até 60 (sessenta) meses após o início da vigência os contratos cujo objeto seja serviço de natureza continuada. No presento caso, a previsão de prorrogação do contrato pela aplicação do disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666 de 1993, justifica-se pela necessidade de proporcionar aos servidores municipais assessoramento na prática dos atos administrativos, mantendo-os informados e atualizados, de modo a se atender de forma escorreita às normas e procedimentos legais determinados.



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

# 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS

As despesas originárias da contratação objeto deste Projeto básico serão realizadas com a cobertura das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos financeiros:

02.03.01-04.122.9002.2010-3.3.90.39.00 FICHA 73 FONTE 100

## 6 - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 6.1 - A Empresa deverá prestar os seguintes serviços:

#### 6.1.1 - Assessoria e consultoria contábil-financeira abrangendo os seguintes serviços:

- a) Orientação quanto à execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;
- b) Orientação quanto ao cumprimento dos limites constitucionais na educação, saúde e pessoal;
- c) Orientação quanto ao cumprimento das legislações, em especial as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais TCE/MG e as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional STN.
- d) Orientação quanto às obrigações da Lei Complementar nº. 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal LRF, junto ao TCE/MG e demais órgãos de controle externo, tais como: SIACE LRF, SICONFI, SIOPS, SIOPE, DCTF, GEOOBRAS e outros;
- e) Orientação na elaboração das propostas do Plano Plurianual PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e da Lei Orçamentária Anual LOA e respectivas alterações;
- f) Orientação quanto à elaboração dos balancetes mensais para envio ao TCE/MG;
- g) Orientação quanto à elaboração da Prestação de Contas Anual para envio ao TCE/MG;
- h) Orientação para o arquivamento dos comprovantes das despesas, receitas e financeiros;
- i) Acompanhamento e avaliação da execução contábil, orçamentária e financeira, sem prejuízo da competência atribuída aos órgãos da Administração Municipal;
- j) Estabelecimento das classificações orçamentárias, tendo em vista as necessidades de sua harmonização com o planejamento e o controle;
- k) Proposição de medidas que objetivem a consolidação das informações orçamentárias das diversas esferas de governo;
- I) Fornecimento de informações e subsídios para a formulação do planejamento municipal e formulação de planos setoriais;
- m) Acompanhamento e orientações quanto a execuções da contabilidade geral, bem como orientação quanto ás prestações de contas junto aos diversos órgãos de controle das esferas municipal, estadual e federal, de acordo com a Lei Federal 4.320/64, instruções normativas do TCE/MG e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP);
- n) Acompanhar e elaborar defesas e justificativas a abertura de vistas de processo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

o) Orientação quanto à elaboração do cronograma orçamentário de desembolso, conforme lei complementar 101/00; Orientação quanto à realização de audiências públicas conforme artigos 9º e 48 da Lei Complementar 101/00.

#### 6.2 - Assessoria e consultoria ao controle interno abrangendo os seguintes serviços:

a) Orientação quanto ao cumprimento das legislações referentes ao controle interno, em especial as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG e as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

# 6.3 - Assessoria e consultoria em compras, licitações e contratos, abrangendo os seguintes serviços:

- a) Assessoria e Consultoria técnica quanto aos procedimentos e cumprimentos das normas legais previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e na Lei Complementar nº 101/2000;
- b) Confronto dos processos licitatórios por amostragem, com os contratos e empenhos de despesa;
- c) Análise da compatibilidade e disponibilidade da dotação orçamentária utilizada nas licitações e contratos e previsão na LOA e PPA;
- d) Orientação quanto aos dados técnicos a serem enviados via SICOM;
- e) Emissão de pareceres técnico-contábeis pertinentes às dúvidas suscitadas pela Comissão de Licitação ou Pregoeiro, quanto aos documentos de habilitação e aplicação da Lei Complementar 123/06;
- f) Orientação e acompanhamento do órgão incumbido das compras e licitações; Elaboração de editais e auditagem de processos licitatórios e contratos, incluídos os casos de dispensa e inexigibilidade, quando solicitados;
- g) Orientação e acompanhamento dos procedimentos licitatórios em geral em todas as suas fases: interna, externa, julgamentos, recursos, anulações, revogações;
- h) Orientação e acompanhamento acerca dos procedimentos de compras: planejamento das aquisições, elaboração de requisições, fluxo, catálogo de bens e serviços, cadastramento de fornecedores e prestadores de serviços, escolha das modalidades, publicações obrigatórias, controles, almoxarifado.
- i) <u>Os serviços de assessoria deverão ser prestados com acompanhamento de no mínimo um profissional formado em Direito e inscrito na OAB Ordem dos Advogados do Brasil. O profissional deverá acompanhar os processos licitatórios realizados pelo município, quando for solicitado.</u>

#### 6.4 - Assessoria e consultoria técnico-contábil abrangendo os seguintes serviços:

- a) Aperfeiçoamento, controle e aplicação da legislação de pessoal e eventos de pagamento de servidores da administração pública;
- b) Orientação na elaboração de impacto orçamentário-financeiro;



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

- c) Procedimentos e cumprimentos das normas legais previstas na Lei Complementar nº 101/2000;
- d) Orientação quanto aos cálculos da folha de pagamento a serem enviados via SICOM Folha de Pagamento;
- e) Emissão de pareceres técnico-contábeis pertinentes à aplicação de tributos e encargos previdenciários.

### 6.5 - Assessoria e consultoria em Administração Pública:

- a) Orientação e acompanhamento das atividades de execução e prestação de contas de convênios em geral;
- b) Orientação e acompanhamento dos processos de prestação de contas em geral, nomeadamente ao Tribunal de Contas do Estado;
- c) Apresentação de defesa em processos administrativos em prestações de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado;
- d) Orientação e acompanhamento do órgão incumbido da gestão de pessoas;
- e) Revisão e atualização contínua da legislação referente aos servidores públicos: leis relativas aos Cargos, Carreiras e Vencimentos, Regime Jurídico e Estatuto, bem como os regulamentos próprios de cada uma dessas leis;
- f) Orientação dos procedimentos relacionados a admissão, demissão e exoneração, concessão de benefícios e vantagens, movimentação na carreira, lotação, avaliação de cargos, políticas de remuneração, qualificação e valorização, regime disciplinar, contagem de tempo, aposentação e demais institutos;
- g) Orientações para pactuação e execução de convênios em geral;
- h) Orientação voltada para o desenvolvimento institucional e modernização administrativa, especialmente para gestão de materiais, gestão financeira, gestão de pessoas e gestão de patrimônio;
- i) Elaboração de parecer técnico para dar orientação e suporte aos órgãos da Administração no âmbito da gestão administrativa, financeira e orçamentária;
- j) Orientação e acompanhamento de processos administrativos em geral;
- k) Elaboração de projetos de leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções e demais atos normativos do Município, bem como orientação e acompanhamento da aplicação da legislação federal, estadual e municipal.
- I) Orientação para o desenvolvimento das atividades fiscais do Município alcançando: legislação fiscal, cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento, restituição e fiscalização, aplicação de sanções por infrações de disposições legais, substituição tributária, imunidade, não-incidência, isenção, remissão, anistia, dívida ativa, renúncia fiscal e medidas de compensação;
- m) Elaboração de projetos de leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções e demais atos normativos do Município, bem como orientação e acompanhamento da aplicação da legislação federal, estadual e municipal.



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

- n) Assessorar Contribuir para a integração entre as atividades de planejamento, orçamento, administração e contabilidade pública das ações governamentais;
- o) Acompanhar e assessorar a execução das atividades relacionadas ao orçamento, planejamento, organização, modernização administrativa, administração dos recursos de informação e informática;
- p) Definir premissas e metodologia de projeções das despesas e receitas;
- q) Assessorar na elaboração das políticas e diretrizes definidas no plano de ação do governo municipal e nos programas gerais e setoriais.

#### Observação:

A metodologia de realização dos serviços deverá ser voltada para uma constante capacitação e treinamento dos servidores municipais envolvidos.

Os serviços de assessoria deverão ser prestados por equipe multidisciplinar composta no mínimo de 01 (um) profissional formado em Contabilidade e inscrito no CRC – Conselho Regional de Contabilidade, 01 (um) profissional formado em Administração e inscrito no CRA – Conselho Regional de Administração e 01 (um) advogado com registro na OAB-MG - Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, todos com experiência quanto ao objeto acima descrito.

#### 6.6- Assessoria e consultoria em pessoal abrangendo os seguintes serviços:

- a) Assessoria e consultoria técnica de aperfeiçoamento e controle da aplicação da legislação de pessoal e pagamento de servidores da administração pública.
- b) Assessoria junto a programas de governo: SICON, RAIS, E-SOCIAL, DIRF, FISCAP, SEFIP. Envio e retificações (se necessário).
- c) Assessoria nas rotinas administrativas do Recursos Humanos: atos de admissão e demissão, aposentadoria, pensões, concurso público, criação de verbas e afastamentos.

#### 6.7- Assessoramento ao setor de convênios e parcerias:

- a) Assessoria na realização dos procedimentos para celebração de Termos de Parceria com realização de treinamento de servidores.
- b) Assessoramento às comissões para análise das prestações de contas e instauração de TCE Tomada de Contas Especial.

# 7 - DO PREÇO MÉDIO DE REFERÊNCIA

O valor mensal estimado para esta contratação é de R\$9.533,33 (nove mil, quinhentos e trinte e três reais e trinta e três centavos) e para 12(doze) meses será o valor de R\$ 114.399,96 (cento e catorze mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

Nesses valores deverão estar incluídos todos os encargos e despesas com pessoal, tributos e deslocamento referentes aos serviços, valor que correrá à conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Município de Olímpio Noronha.

A presença na prefeitura deverá ser <u>mensal</u> com no mínimo uma visita de 03(três) dias com revezamento entre os profissionais de Contabilidade, Administração e Direito.

# 8. DOS VALORES E DA EXECUÇÃO DO FUTURO CONTRATO ADMINISTRATIVO E DO PAGAMENTO

O valor mensal e global descrito acima, são os valores máximos em que o Município se limita a pagar, por conta da futura contratação da prestação dos serviços detalhados nos do presente termo de referência.

A execução do futuro contrato administrativo será de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, capitulo III – seção IV dos contratos e do disposto no item VI da Instrução Normativa IN MARE nº 18 de 22 de dezembro de 1997.

O pagamento objeto da futura contratação será efetuado pela Tesouraria do Município, através de deposito bancário em nome da futura contratada mediante emissão e apresentação de nota fiscal.

#### 9. DA VIGÊNCIA DO FUTURO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A vigência do futuro contrato administrativo, será o período estimado de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

Uma vez tratar-se de serviços continuados, em observância ao interesse público e, por acordo entre as partes o futuro contrato administrativo poderá ter sua vigência prorrogada em conformidade com os ditames do inciso II c/c § 4º do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

Na ocorrência de prorrogação de vigência do futuro contrato administrativo, conforme estabelecido acima, será assegurado ao contratado o direito de ver o valor do contrato corrigido, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, base índice oficial do INPC ou outro que vier a substituí-lo, por se tratar de garantia constitucional e, de acordo com o estabelecido no inciso II alínea "d" do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

# 10 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Constituir servidor na qualidade de fiscal para acompanhamento da execução do futuro contrato administrativo em conformidade com os ditames do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Notificar, formalmente à futura Contratada em decorrência de quaisquer irregularidades na prestação dos serviços, propensos a expor o Município em prejuízos ou em decorrência de sanções impostas pela fiscalização, objetivando providências corretivas em tempo hábil.

Disponibilizar software contábil com recursos compatíveis para alimentar todos os arquivos de contabilidade pública, dentre eles alimentação do sistema do SICOM, bem como para desenvolvimento de controle das demais áreas de controle de gastos públicos.

Disponibilizar espaço físico e acesso livre a todos os arquivos para desempenho das atividades pertinentes ao objeto desta licitação.

Disponibilizar servidores em quantidade suficiente para desenvolver todas as atividades de inserção de dados informativos de controle, objetivando alimentar os arquivos do SICOM/TCEMG e outros arquivos.

Realizar o pagamento das parcelas mensais, no valor pactuado no contrato administrativo, através da Tesouraria do Município, objeto de deposito bancário em nome da futura contratada, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao que originou a prestação dos serviços.

# 11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA FUTURA CONTRATADA

Disponibilizar somente mão de obra técnica devidamente qualificada de pelo menos um(a) administrador(a) (formação superior em Administração), um(a) contador(a) (formação superior em Ciências Contábeis) e um(a) advogado(a) (formação superior em Direito), objetivando emissão de eventuais pareceres técnicos, com habilidade em contabilidade, administração e direito públicos, devidamente comprovada, para prestar os serviços de consultoria e assessoria na forma detalhada deste Termo de Referência.

Por fim, avocar para si o custeio de todas as despesas decorrentes da futura contratação, tais como custo com mão de obra dos profissionais, acrescida dos respectivos encargos sociais e trabalhista, bem como despesas com transporte (passagem ou combustível) e outras despesas decorrentes do translado, exceto despesas com hospedagem *in loco* (sede do Município), que ficará a cargo do Município de Olímpio Noronha.



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

Faz parte integrante deste termo de referência, o instrumento convocatório/edital e a minuta do contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito, independentemente de transcrição.

O VALOR PAGO PARA CADA VISITA EXTRA PODERÁ SER DE ATÉ 20% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO.

O FORO eleito é o do domicílio do Contratante, em detrimento de quaisquer outros.



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

#### **ANEXO II**

#### **MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIO NORONHA - MG PREGÃO NÚMERO № -----/2022.

PROCESSO N.° -----/2022.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestar serviços técnicos especializados na área administrativa e contábil, compreendendo: assessoria e consultoria em gestão pública contabilidade, finanças, recursos humanos, compras, licitações, contratos, convênios, termos de parceria e controle interno.

Razão Social do Licitante:
CNPJ/CPF:
Endereço:
E-mail:
Telefone / Fax :
Representante : Nome:
Identificação:
Qualificação:
Assinatura:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços técnicos especializados na área administrativa e contábil, compreendendo: assessoria e consultoria em gestão pública contabilidade, finanças, recursos humanos, compras, licitações, contratos, convênios, termos de parceria e controle interno.	Serviço	12		
02	Despesa Extra	Serviço	12		
VALOF	RTOTAL				



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

#### O VALOR PAGO PARA CADA VISITA EXTRA SERÁ DE ATÉ 20% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO.

DECLARAMOS que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros.

Finalmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos.

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contadas a partir da presente data.

Prazo de Entrega: Conforme Edital

Condições de Pagamento: Conforme Edital

,	dede 2022
	Nome e assinatura do representante legal (carimbo da empresa)



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

# ANEXO III MODELO DE CREDENCIAMENTO

# **PROCURAÇÃO**

A (nome da empresa) pelo(s) (diretores ou sócio estado civil, profissão e constitui, seu(s) Procurado profissão e endereço), a q de Olímpio Noronha/MG, p licitação na modalidade o conferindo-lhes, ainda, por lances verbais, negociar p compromissos ou acordos outrem, com ou sem reser especial, para (se for o cas	s, com qualificade endereço) pelo pr(es) o Senhor(e) uem confere(m) ara praticar os a de pregão, usa deres especiais preços e demais receber e dar quas de iguais podes	ção completa – nom presente instrumen es) (nome, RG, CPF, amplos poderes para tos necessários para ando dos recursos le para desistir de recursos condições, confessuitação, podendo ain deres, dando tudo po	e, RG, CPF, nacionalida to de mandato, nomeia nacionalidade, estado o junto a Prefeitura Munic representar a outorgante egais e acompanhandorsos, interpô-los, apreser ar, transigir, desistir, firr da, substabelecer esta p	ide, a e civil, ipal e na -os, ntar mar eara
, de	de 2022			
N	ome e assinatura	a do representante le	 gal	

(carimbo da empresa)



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

#### **ANEXO IV**

# DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
Ref.: PREGÃO (PRESENCIAL) N°/2022
PROCESSO N.°/2022
Pela presente declaramos para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/02, sob as penalidades cabíveis, que cumpriremos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.
, dede 2022
Nome e assinatura do representante legal (carimbo da empresa)



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

#### **ANEXO V**

# DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL	:					
CNPJ:						
Ref.: PREGÃO ( PROCESS		CIAL) N°/202 /2022	22			
sediada na os requisitos de impeditivos para de Olímpio Norol Órgão da Admi	habilitação sua partic nha/MG e nistração	,com in vem declara o, e que até a pre ipação no process que não pesa co Pública de qual r ocorrências post	rar sob as pe esente data, so licitatório ontra si decla alquer esfera	enas da Lei, não exister n.º/2022 aração de in	que cumprom fatos supo 2, da Prefeit idoneidade	e plenamente ervenientes e ura Municipal expedida por
	de	de 2022				
	N	lome e assinatura (carimbo	a do represei	· ·		



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

# ANEXO VI MODELO DECLARAÇÃO

RAZÃO SOCIAL	<b>.:</b>
CNPJ:	
•	PRESENCIAL) N°/2022 SO N.°/2022
sediada na trabalho noturno	, com inscrição no CNPJ n.º, vem declarar sob as penas da Lei, que não emprega em o, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer s de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14
,	dede 2022
	Nome e assinatura do representante legal (carimbo da empresa)



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

# ANEXO VII DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Eu, Sr (a).	, (P									(Profissão) inscrito (a) ne		
Conselho,	sob	0	número	o		,	portador	da	carteira	de	ident	idade
nº			,	CPF	nº				de	claro	ser	o(a)
responsáve	l técnic	co(a)	pela exe	ecução	dos	servi	ços do obje	eto de	ste edital.			
			,	de				_ 2022	2			
	ccinati	ıro r	volo(s) pr	oficcio	nal (ic	·) o n	elo represe	ntant	a logal da l	liciton		
_	Somali	ura þ	reio(2) hi	0113310	iiai (is	ηeρ	ein rebrese	inani	z iegai ua i	iicitari	ıc	



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

# ANEXO VIII MINUTA DE CONTRATO

	CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A <b>PREFEITURA MUNICÍPAL DE OLÍMPIO NORONHA, ESTADO DE MINAS GERAIS</b> E A EMPRESA
	FORNECIMENTO DE: prestação de serviços técnicos especializados na área administrativa e contábil, compreendendo: assessoria e consultoria em gestão pública contabilidade, finanças, recursos humanos, compras, licitações, contratos, convênios, termos de parceria e controle interno.
PROCESSO NÚMERO №/20	022
LICITAÇÃO: PREGÃO №/20	22
CONTRATANTE:	
pessoa jurídica de Direito Público, co	ÍMPIO NORONHA - MG, CNPJ: 18.188.276/0001-00 om sede na, Rua 1º de março nº 450, Centro – Olímpio 000 neste ato representado pelo Prefeito, nado CONTRATANTE.
CONTRATADO:	
. CNPJ:	pessoa jurídica de direito privado, com
sede na	_, CEP, , neste ato representada
oelo (a) sr:	designada <b>CONTRATADA.</b>
1-CLÁUSULA PRIMEIRA – PRESSU	JPOSTOS JURÍDICOS - ADMINISTRATIVOS:
1.1. O presente contrato decorre de n.º do dia/2022, julgado regido pelo disposto na Lei nº 10.520	procedimento licitatório, modalidade Pregão Presencial em/2022 e homologado em/2022, de 17/07/2002.
2-CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJ	ЕТО:

#### 3-CLÁUSULA TERCEIRA - VALIDADE DO CONTRATO.

**3.1** .O contrato a ser celebrado terá a duração inicial de 12 meses, contados da data de sua assinatura, observada necessidade, economicidade e vantajosidade, o contrato poderá ser prorrogado conforme previsto no art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

**3.2**. O valor proposto pela Licitante é fixo e irreajustável pelo período de 12 meses iniciais. Após o período de 12 (doze) meses, havendo prorrogação contratual, o índice utilizado para reajuste será o INPC/IBGE).

# 4-CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

- **4.2**. O pagamento será realizado num prazo de <u>em até 30 (trinta)</u>, mediante apresentação de nota fiscal, e o visto do Departamento requisitante, comprovando a entrega.
- **4.2.1 -** Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is) / fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondentes(s) regularização (ões).
- **4.2.2 -** Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.
- **4.2.3** Para receber seus créditos o contratado deverá comprovar a regularidade fiscal tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação
- **4.3** A Administração da Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha, reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.
- **4.4** Nenhum outro pagamento será devido pela **Contratante** à **Contratada**, seja a que titulo for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a **Contratada** é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução deste contrato.
- **4.5 -** Os valores das propostas não sofrerão qualquer reajuste, e somente poderão ser alterados com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento do CONTRATADO e com comprovação documental, os quais serão analisados de acordo com o que estabelece o Art. 65, em seu inciso II, alínea d, da Lei 8.666/93.

# 5-CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES:

#### 5.1. DA CONTRATADA:

- 5.1.1 realizar o serviços de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I do edital.;
- **5.1.4** manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a cada fatura emitida sua regularidade junto ao INSS e FGTS;

#### **5.2. DA CONTRATANTE**:

- **5.2.1**. Comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do fornecimento, por escrito;
- **5.2.2** promover o recebimento nos prazos fixados;
- **5.2.3** fiscalizar a execução dos serviços, informando a CONTRATADA para fins de supervisão;



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

- **5.2.4** assegurar ao pessoal da CONTRATADA o livre acesso às instalações para a plena execução do fornecimento;
- **5.2.5** efetuar o pagamento no prazo contratado

#### 6-CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

- **6.1**. O Contratado reconhece o direito da Administração de rescindir unilateralmente o contrato, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas, com base no Art. 77, da Lei Federal nº 8.666/93.
- **6.2**. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante notificação prévia à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.
- **6.3.** Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

# 7-CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

**7.1**. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato onerarão as dotações orçamentárias próprias da Secretaria requisitante:

02.03.01-04.122.9002.2010-3.3.90.39.00 FICHA 73, FONTE 100

#### 8-CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

- **8.1** A recusa da CONTRATADA em assinar O CONTRATO, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total da contratação de fornecimento, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções:
  - I. Advertência, que será aplicada sempre por escrito;
  - II. Multa 10% pelo descumprimento de obrigações contratadas
- III. Rescisão unilateral da contratação e indenização a Prefeitura por perdas e danos;
- IV. Suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura por até cinco anos;
- V. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura, no prazo não superior a 05 anos.
- **8.2.** As multa deverão observar os seguintes limites máximos:
  - 1% ao dia sobre o valor do fornecimento até o limite de 10%;
  - 20% sobre o valor total da contratação, em caso de rescisão do contrato motivada pelo Contratado.
- **8.3 -** As sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração.

# 9-CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 – A prestação de serviços deverá ser realizada de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA ANEO I DO EDITAL.



Rua 1º de Março, 450 Centro CEP: 37.488-000 Telefone: (35) 3274-1122 CNPJ: 18.188.276/0001-00

9.2 - A prefeitura municipal de Olímpio Noronha se reserva o direito de não proceder ao obieto do contrato em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

#### 10-CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

**10.1**. As partes elegem o Foro da Comarca de Lambari/MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais provenientes do presente Contrato.

#### 11-CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - NORMAS FINAIS

- **11.1.** O presente contrato reger-se-á pelas seguintes normas legais: Lei Federal 8.666/93; Lei nº 10.520 de 17/07/2002;
- 11.2. Justos e contratados firmam o presente CONTRATO, e três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Olímpio Noronha, _	de	de 2022.	
		Contratante	
		Contratado	
TESTEMUNHAS:			
1)			
CPF:			
2)			
CPF:			